



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

MENSAGEM Nº 056/2015-ALE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 037/2015, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 6.919.100,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 8 de abril de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

RECEBIDO NA COTEL
Em 08/04/15
Horas 15 : 20
Por Lais



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 037/2015

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 6.919.100,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por anulação, para dar cobertura orçamentária às despesas correntes e de capital no presente exercício, até o montante de R\$ 6.919.100,00 (seis milhões e novecentos e dezenove mil e cem reais), em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto do artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, indicados no Anexo I desta Lei e no montante especificado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 8 de abril de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 037/2015

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO				REDUZ
Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			6.919.100,00
18.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	3390	0205	1.007.000,00
		3390	0100	689.100,00
		4490	0100	200.000,00
18.001.18.541.1235.2847	PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	3390	0205	1.355.000,00
		4490	0205	818.000,00
18.001.18.542.2026.1187	CADASTRO AMBIENTAL RURAL	3390	0205	2.850.000,00
			TOTAL	RS 6.919.100,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO				SUPLEMENTA
Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			6.919.100,00
18.001.18.127.1235.1561	PROMOVER ATUALIZAÇÃO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO - ZSEE DO ESTADO DE RONDÔNIA	3390	0205	2.830.000,00
		4490	0205	120.000,00
18.001.18.541.1235.2026	ADMINISTRAR A EXPLORAÇÃO FLORESTAL	3390	0205	350.000,00
18.001.18.541.1235.2847	PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	3390	0205	200.000,00
18.001.18.542.2026.1187	CADASTRO AMBIENTAL RURAL	3390	0205	2.530.000,00
		3390	0116	889.100,00
			TOTAL	RS 6.919.100,00



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 059 , DE 17 DE MARÇO DE 2015.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 6.919.100,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM."

Senhores Parlamentares, o referido Projeto de Lei visa a dar cobertura orçamentária às despesas correntes e de capital, até o montante de R\$ 6.919.100,00 (seis milhões, novecentos e dezenove mil e cem reais), da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, alocados na natureza de despesa constante do Anexo II, que acompanha o Projeto de Lei em pauta.

Assim sendo, busco o apoio de Vossas Excelências consoante os mandamentos legais dispostos no § 1º, inciso III, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, tendo em vista a necessidade de reforço ao orçamento estadual, para o presente exercício com recurso até o montante citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

Dep. Mauro de Carvalho
Presidente ALE/RO

17/03/2015



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 6.919.100,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar por Anulação, para dar cobertura orçamentária às despesas correntes e de capital no presente exercício, até o montante de R\$ 6.919.100,00 (seis milhões e novecentos e dezenove mil, cem reais), em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto do artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, indicados no Anexo I desta Lei e no montante especificado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			6.919.100,00
18.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	3390	0205	1.007.000,00
		3390	0100	689.100,00
		4490	0100	200.000,00
18.001.18.541.1235.2847	PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	3390	0205	1.355.000,00
		4490	0205	818.000,00
18.001.18.542.2026.1187	CADASTRO AMBIENTAL RURAL	3390	0205	2.850.000,00
			TOTAL	RS 6.919.100,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			6.919.100,00
18.001.18.127.1235.1561	PROMOVER ATUALIZAÇÃO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO - ZSEE DO ESTADO DE RONDÔNIA	3390	0205	2.830.000,00
		4490	0205	120.000,00
18.001.18.541.1235.2026	ADMINISTRAR A EXPLORAÇÃO FLORESTAL	3390	0205	350.000,00
18.001.18.541.1235.2847	PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	3390	0205	200.000,00
18.001.18.542.2026.1187	CADASTRO AMBIENTAL RURAL	3390	0205	2.530.000,00
		3390	0116	889.100,00
			TOTAL	RS 6.919.100,00



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Ofício nº 174/GAB/SEDAM

Porto Velho 13 de janeiro de 2015.

A sua Excelência, o Senhor
GEORGE ALESSANDRO GONÇALVES BRAGA
Secretário de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão- SEPOG
NESTA

Assunto: **Ajustes e inclusão de PA'S na LOA 2015**

Ilmo Senhor Secretário,

Ao tempo que apresento meus cordiais cumprimentos, vimos à presença de Vossa Senhoria, solicitar que delibere ao setor competente para proceder nos ajustes necessários na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, com referência aos recursos destinados pelo BNDES, através da Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável com recursos do "Fundo Amazônia", cujos valores foram inclusos no orçamento de 2014 através da Lei Estadual nº 3.324 de 12 de março de 2014, publicada no DOE nº 2416 de 12/03/2014, fonte de recursos 0205 e 0116 da contrapartida do Estado, com intuito de fazer cumprir a cláusula terceira inciso XIX do Contrato nº 14.2.0019.1, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de Rondônia.

Os ajustes e a Suplementação de Dotação com Recursos do Estado (FR-0100) se fazem necessários para que o Estado possa cumprir as obrigações assumidas perante o BNDES, haja vista a defasagem de valores dos componentes, cujo orçamento inicial previsto nos anos de 2010 e 2011, não fora atualizado, por ocasião da aprovação da colaboração financeira, que só ocorreu no ano de 2014. Sendo assim, tendo em vista que o referido recurso é oriundo de colaboração financeira não reembolsável e não comporta aditivo, resta indispensável a sua complementação para que haja o cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado para as aquisições de bens e serviços previstos no Programa de Desenvolvimento Sócio Econômico e Ambiental Integrado - PDSEAI.

Outrossim, na oportunidade, solicitamos a inclusão no orçamento 2015, do PA 1561 - Promover Atualização do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico; e do PA 2026 - Administrar a Exploração Florestal.

A
CPG/SEPOG
ligais. sendo
com 100 (com 1.230.000,00)
1/116
16/03/15

2015
11 50



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

No aguardo do pronto atendimento, e à disposição para os eventuais esclarecimentos que por ventura se façam necessários, colhemos do ensejo para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Vilson de Salles Machado
Secretário de Estado de Desenv. Ambiental
SEDAM



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM
ANEXO II

DESCRIÇÃO DO P/A	FR	DESPESA	REDUZ
18.001.04.122.1015.2087 - Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade	0205	339035.00	1.007.000,00
TOTAL DO P/A			1.007.000,00
18.001.18.541.1235.2847 - Promover a Gestão das Unidades de Conservação	0205	339014.00	100.000,00
	0205	339033.00	165.000,00
	0205	339035.00	890.000,00
	0205	339039.00	200.000,00
	0205	449052.00	818.000,00
TOTAL DO P/A			2.173.000,00
18.001.18.542.2026.1187 - Cadastro Ambiental Rural	0205	339014.00	350.000,00
	0205	339033.00	400.000,00
	0205	339035.00	2.100.000,00
TOTAL DO P/A			2.850.000,00
VALOR A DEFINIR	0116	999999.00	889.100,00
TOTAL DO P/A			889.100,00
TOTAL			6.919.100,00

112
18

112
19

11200



Wilson de Sales Machado
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEDAM





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM
ANEXO I

DESCRIÇÃO DO P/A	FR	ELEMENTO DE DESPESA	SUPLEMENTA
18.001.18.541.1235.2026 - Administrar a Exploração Florestal	0205	339035.00	350.000,00
TOTAL DO P/A			350.000,00
DESCRIÇÃO DO P/A	FR	ELEMENTO DE DESPESA	SUPLEMENTA
18.001.18.541.1235.2847 - Promover a Gestão das Unidades de Conservação	0205	339030.00	200.000,00
TOTAL DO P/A			200.000,00
DESCRIÇÃO DO P/A	FR	ELEMENTO DE DESPESA	SUPLEMENTA
18.001.18.127.1235.1561 - Promover Atualização do Zoneamento Socioeconomico Ecologico	0205	339039.00	2.830.000,00
	0205	449052.00	120.000,00
TOTAL DO P/A			2.950.000,00
DESCRIÇÃO DO P/A	FR	ELEMENTO DE DESPESA	SUPLEMENTA
18.001.18.542.2026.1187 - Cadastro Ambiental Rural	0205	339030.00	240.000,00
	0205	339039.00	2.290.000,00
TOTAL DO P/A			2.530.000,00
18.001.18.542.2026.1187 - Cadastro Ambiental Rural - Contra Partida do Estado	0116	339030.00	20.000,00
VALORES a INCLUIR NO ORÇAMENTO-2015	0116	339035.00	57.600,00
	0116	339039.00	811.500,00
TOTAL DO P/A			889.100,00
TOTAL			6.919.100,00



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

Cliente

Agência 2757-X
 Conta 9697-0 SEDAM BNDES
 Mês/ano referência FEVEREIRO/2015

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor c
30/01/2015	SALDO ANTERIOR	11.059.270,09				
27/02/2015	SALDO ATUAL	11.117.459,85			3.906.844,880816	3.906.844,880816

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	11.059.270,09
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	58.189,76
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	58.189,76
SALDO ATUAL =	11.117.459,85

Valor da Cota

30/01/2015	2,830742052
27/02/2015	2,845636360

Rentabilidade

No mês	0,5261
No ano	1,1159
Últimos 12 meses	6,6356

Transação efetuada com sucesso por: J1789523 BENEDITA NUNES DO NASCIMENTO

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 1

PROPOSTA BNDES
ET
0210027

CONTRATO DE CONCESSÃO
COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO
REEMBOLSÁVEL Nº 14.2.0019.1 C
ENTRE SI FAZEM O BANCO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SOCIAL - BNDES E O ESTADO
DE RONDÔNIA, NA FORMA ABAIXO: -

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

o ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.585/0001-71, doravante denominado BENEFICIÁRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Rua Dom Pedro II, nº 608 - Centro, Porto Velho-RO, CEP 76.801-066, por meio de sua Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental, inscrita no CNPJ sob o nº 63.752.604/0001-04, por seu representante abaixo assinado;

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES concede ao BENEFICIÁRIO, por este Contrato, colaboração financeira não reembolsável no valor de até R\$ 32.659.602,00 (trinta e dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e dois reais) a ser provida com recurso do Fundo Amazônia, destinada a apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das Unidades de Conservação estaduais, para a consolidação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia, observado o disposto na Cláusula Segunda.

SEGUNDA

DISPONIBILIDADE

A colaboração financeira será posta à disposição do BENEFICIÁRIO, parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Quarta, em função das necessidades para a execução do projeto previsto na Cláusula Primeira, e de acordo com a disponibilidade de recursos do Fundo Amazônia, bem como com as normas disciplinadoras de crédito aos órgãos e às entidades do setor público, emanadas das autoridades competentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No momento da liberação do valor de cada parcela da colaboração financeira serão efetuados os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pelo BENEFICIÁRIO. O saldo total remanescente dos recursos à disposição do BENEFICIÁRIO será imediatamente transferido para a conta corrente nº 9.697-8, que o BENEFICIÁRIO possui no Banco do Brasil (nº 001), Agência S.Publico P.Velho (nº 2757-X), específica para a movimentação dos recursos captados para o projeto previsto na Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela da colaboração financeira a ser colocado à disposição do BENEFICIÁRIO será mantido na unidade monetária real (R\$) e não sofrerá alteração até sua efetiva liberação.

TERCEIRA

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BENEFICIÁRIO

Obriga-se o BENEFICIÁRIO a:

- 1- cumprir, no que couber, até final liquidação deste Contrato, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.1991, pela Resolução nº 863, de 11.3.1996, pela Resolução nº 878, de 4.9.1996, pela Resolução nº 894, de 6.3.1997, pela Resolução nº 927, de 1.4.1998, pela Resolução nº 976, de 24.9.2001, pela Resolução nº 1.571, de 4.3.2008, pela Resolução nº 1.832, de 15.9.2009, pela Resolução nº 2.078, de 15.3.2011, pela Resolução 2.139, de

30.8.2011 e pela Resolução nº 2.181, de 8.11.2011, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.1987, 27.12.1991, 8.4.1996, 24.9.1996, 19.3.1997, 15.4.1998, 31.10.2001, 25.3.2008, 6.11.2009, 4.4.2011, 13.9.2011 e 17.11.2011, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, ao BENEFICIÁRIO, o qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;

- II - utilizar o total dos recursos no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, estendê-lo mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - aplicar os recursos que lhe forem transferidos pelo BNDES exclusivamente na finalidade de que trata a Cláusula Primeira, observado o esquema previsto no Quadro de Usos e Fontes do projeto, comprometendo-se a não alterá-lo sem prévia e expressa concordância do BNDES;
- IV - movimentar os recursos liberados pelo BNDES exclusivamente através da conta mencionada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda;
- V - aplicar, enquanto não utilizados no projeto previsto na Cláusula Primeira, os recursos depositados na conta corrente mencionada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, de forma que estes sejam remunerados, no mínimo, conforme as taxas de mercado de operações financeiras e de forma a preservar o valor real dos recursos liberados, devendo o resultado de tais aplicações ser incorporado à mesma conta;
- VI - encaminhar ao BNDES, sempre que solicitado, e em cada prestação de contas, o extrato detalhado da conta corrente referida no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, indicando a composição do respectivo saldo;
- VII - autorizar a instituição financeira responsável pela conta corrente mencionada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda a entregar diretamente ao BNDES, quando por ele solicitado, extratos dessa conta corrente;
- VIII - remeter ao BNDES, nas épocas e condições a serem por ele estipuladas, e em cada prestação de contas, relatórios financeiro e de andamento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, com avaliação de desempenho dos indicadores previamente acordados com o BNDES;
- IX - facilitar o acompanhamento, monitoramento e avaliação de impactos do projeto previsto na Cláusula Primeira, diretamente pelo BNDES ou por intermédio de terceiros por ele designados, inclusive dando-lhe amplo acesso às informações relativas ao projeto;

- X - permitir a divulgação, pelo BNDES, de informações e/ou resultados referentes ao projeto, resguardados os direitos de propriedade intelectual eventualmente relacionados ao projeto previsto na Cláusula Primeira;
- XI - mencionar, sempre com destaque, a colaboração financeira com recursos do Fundo Amazônia e, sempre que possível, a sua logomarca, em qualquer divulgação que fizer sobre o projeto previsto na Cláusula Primeira, inclusive material impresso, de vídeo ou áudio, campanhas publicitárias, produção de softwares, eventos locais e nacionais e kits promocionais, observadas as especificações técnicas da logomarca constantes do sítio eletrônico do Fundo Amazônia na INTERNET;
- XII - divulgar, no sítio eletrônico ocupado pelo BENEFICIÁRIO na INTERNET, a informação de que é beneficiário de colaboração financeira do Fundo Amazônia no âmbito do projeto mencionado na Cláusula Primeira, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- XIII - afixar, no local de execução do projeto de que trata a Cláusula Primeira, placa alusiva à colaboração financeira do Fundo Amazônia, a qual deverá permanecer no local até a conclusão do projeto, observadas as especificações técnicas fornecidas pelo BNDES;
- XIV - afixar, nos veículos e demais equipamentos utilizados no âmbito do projeto de que trata a Cláusula Primeira, adesivos com a logomarca do Fundo Amazônia, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- XV - disponibilizar, sem qualquer ônus ao BNDES, sempre que solicitado, imagens digitais referentes ao projeto de que trata a Cláusula Primeira para a inserção em relatórios ou materiais de divulgação das ações do Fundo Amazônia;
- XVI - providenciar autorização individual e específica relacionada ao direito de imagem das pessoas que figurarem nas imagens a que se refere o inciso anterior, bem como a cessão do direito autoral sobre a obra fotográfica destas imagens, mantendo-as em arquivo e disponibilizando-as ao BNDES, sempre que solicitado;
- XVII - manter no sítio eletrônico ocupado pelo BENEFICIÁRIO na INTERNET, durante o prazo de duração do projeto descrito na Cláusula Primeira, em local visível e destacado, link específico que contenha informações atualizadas detalhadas sobre as atividades nele previstas e sua implementação física e financeira;
- XVIII - remeter ao BNDES as publicações e estudos realizados no âmbito do projeto previsto na Cláusula Primeira, bem como suas avaliações de impacto, sempre que solicitados, os quais poderão ser utilizados – pelo BNDES – para divulgação e uso público;

- XIX - aportar os recursos próprios previstos para a execução do projeto mencionado na Cláusula Primeira, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do referido projeto, que se fizerem necessários à sua completa execução, inclusive no que diz respeito à insuficiência dos recursos previstos na Cláusula Primeira;
- XX - incluir, durante o prazo de utilização da colaboração financeira a que se refere o item II supra, em suas propostas de orçamento anual e plurianual de investimentos, dotações destinadas ao BENEFICIÁRIO, em montante mínimo capaz de assegurar o aporte de contrapartida necessário à realização do projeto mencionado na Cláusula Primeira ou à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do seu orçamento global;
- XXI - no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do término do prazo estabelecido no inciso II desta Cláusula:
- a) remeter ao BNDES relatório final do projeto comprovando a correta aplicação físico-financeira de todos os recursos liberados pelo BNDES discriminado em itens, acompanhado de cópia do extrato previsto no item VI desta Cláusula;
 - b) remeter ao BNDES Relatório de Avaliação de Resultados da implantação do projeto previsto na Cláusula Primeira; e
 - c) devolver ao BNDES o saldo dos recursos depositados na conta referida no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda;
- XXII - adotar, durante o prazo de vigência do presente Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto a que se refere a Cláusula Primeira;
- XXIII - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo da vigência do presente Contrato;
- XXIV - observar, durante o prazo de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiências;
- XXV - informar prontamente o BNDES sobre qualquer fato que afete ou impeça a continuidade de qualquer ação do projeto mencionado na Cláusula Primeira;
- XXVI - encaminhar ao BNDES, dois anos após o término do prazo de utilização dos recursos mencionados na Cláusula Primeira, ou em prazo inferior, caso demandado pelo BNDES, Relatório de Avaliação de Efetividade do projeto mencionado na Cláusula Primeira, compreendendo uma avaliação do alcance de seus objetivos, a partir da análise dos seus indicadores de resultados e de outros recursos de avaliação de impactos, previamente acordados com o Banco, devendo conter, ainda, uma reflexão sobre as lições aprendidas com o projeto;

- XXVII - devolver os recursos não utilizados e/ou aqueles cuja aplicação deixe de ser comprovada ao BNDES, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento de notificação por escrito enviada pelo BNDES, mencionada no Parágrafo Único da Cláusula Sexta, atualizados pela TJLP desde a data da liberação dos recursos ao BENEFICIÁRIO até a data de sua efetiva devolução;
- XXVIII - utilizar os recursos do projeto mencionado na Cláusula Primeira com observância das diretrizes do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e demais normas aplicáveis ao Fundo Amazônia;
- XXIX - comprovar, perante o BNDES, a realização dos cursos relativos à capacitação dos agentes envolvidos, mediante encaminhamento de certificados e/ou outros documentos que atestem a sua implementação e participação dos respectivos destinatários, tais como plano de disciplina, lista de presença e relatórios de atividades;
- XXX - não alienar, sob qualquer forma, seja a título gratuito ou oneroso, durante o prazo de execução do projeto, bens adquiridos com recursos financeiros de que trata a Cláusula Primeira, sem prévia autorização do BNDES;
- XXXI - comprovar a realização e conclusão de procedimento licitatório, ou justificativa de sua dispensa/inexigibilidade, no âmbito da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações, para a contratação de serviços e/ou aquisição de bens necessários à execução do projeto mencionado na Cláusula Primeira;
- XXXII - destacar, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do BENEFICIÁRIO, equipe técnica responsável pelo acompanhamento e prestação de contas do projeto previsto na Cláusula Primeira, perante o BNDES, bem como comunicar a ocorrência de eventuais substituições, devendo a coordenação ser realizada necessariamente por um servidor público do BENEFICIÁRIO;
- XXXIII - não utilizar os recursos do Fundo Amazônia para pagamento de contratação de pessoal ou diárias a servidor público, ressalvada a contratação de prestação de serviços com observância da Lei 8.666/1993, conforme inciso XXXI desta Cláusula;
- XXXIV - observar as restrições contidas na legislação eleitoral, especialmente no tocante à destinação de doações/cessões durante o ano eleitoral, dos bens destinados aos municípios abrangidos pelo projeto a que se refere a Cláusula Primeira;
- XXXV - assegurar que o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado seja integrado ao SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural de âmbito nacional), nos termos que dispõe o Decreto Federal nº 7.830/2012, ou outra norma que venha a alterá-lo ou substituí-lo;

- XXXVI - assegurar que o georreferenciamento em campo na ação de cadastro ambiental rural contemple exclusivamente propriedades de até quatro módulos fiscais;
- XXXVII - assegurar a manutenção e funcionamento de uma unidade administrativa do órgão gestor em cada uma das unidades de conservação que terão planos de manejo aprovados no âmbito do Projeto de que trata a Cláusula Primeira, bem como a constituição dos conselhos pertinentes;
- XXXVIII - manter contrato de seguro e serviço de manutenção, com recursos próprios, para veículos adquiridos no âmbito do projeto a que se refere a Cláusula Primeira;
- XXXIX - manter atualizado o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento em Rondônia (PPCASD-RO) durante o prazo de execução do presente projeto;
- XL - incluir na minuta de projeto de lei acerca da política estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) a ser enviada à Assembleia Legislativa de Rondônia, a previsão de sustentabilidade para os pagamentos por serviços ambientais;
- XLI - manter vigente o(s) termo(s) de cooperação(s) ou instrumento(s) similar(es) vigente(s) celebrado(s) entre o BENEFICIÁRIO e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER), bem como com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo qual estas entidades se comprometeram a serem parceiras nas atividades de CAR;
- XLII - assegurar a realização de capacitação dos cursos de pós graduação exclusivamente para servidores efetivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM;
- XLIII - assegurar que os bens destinados à Polícia Militar de Rondônia sejam afetados exclusivamente ao Batalhão de Polícia Militar Ambiental, assegurando sua utilização para fins de proteção ambiental.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o valor dos recursos não utilizados e/ou aqueles cuja aplicação deixe de ser comprovada ao BNDES, nos termos deste inciso XXVII, poderá, a critério do BNDES, passar a ser calculado mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, ao BENEFICIÁRIO.

QUARTACONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

A utilização dos recursos, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES" retromencionadas, e das estabelecidas nas "NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO", a que se refere o artigo 2º das mesmas "DISPOSIÇÕES", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

- I - Para utilização da primeira parcela dos recursos:
 - a) comprovação de recebimento, pela entidade destinatária, da autorização prevista no item VII da Cláusula Terceira;
 - b) apresentação ao BNDES de cópia autenticada da publicação do extrato do presente Contrato no veículo oficial de imprensa da sede do BENEFICIÁRIO;
 - c) comprovação do cumprimento do item XXXII da Cláusula Terceira, por meio da apresentação do ato formal designativo emitido pelo BENEFICIÁRIO;

- II - Para utilização da primeira parcela dos recursos relativos ao componente de apoio à "Elaboração de uma política estadual de concessão de Florestas Estaduais de Rendimento Sustentável (FERS) e execução de projeto piloto em três FERS":
 - a) apresentar documento que comprove a titularidade, em nome do BENEFICIÁRIO, do domínio das Florestas Estaduais (FERS) Rio Machado, Rio Madeira "B" e Rio Vermelho "C";
 - b) apresentar laudo técnico que comprove a existência de cobertura florestal das respectivas UCs, suficiente para a concessão;

- III - Para utilização dos recursos destinados ao apoio à descentralização e ao fortalecimento da gestão ambiental em até 52 municípios, excetuados os recursos previstos para realização do diagnóstico previsto no projeto:
 - a) apresentação de diagnóstico realizado em relação à situação operacional e administrativa dos municípios a serem beneficiados no âmbito do projeto de que trata a Cláusula Primeira;
 - b) apresentação de proposta de alocação de bens ente os municípios beneficiados;
 - c) apresentação de acordo, termo de cooperação técnica ou instrumento jurídico similar celebrado entre o BENEFICIÁRIO e os municípios legalmente habilitados para o licenciamento ambiental, beneficiados nas ações referentes à descentralização da gestão ambiental previstos no âmbito deste projeto, mediante o qual estes se comprometam a destinar o uso dos equipamentos e veículos adquiridos com recursos de que a trata a Cláusula Primeira às respectivas secretarias municipais de meio ambiente, sob pena de reversão dos bens ao patrimônio do BENEFICIÁRIO ou

devolução de recursos, no valor equivalente aos bens doados, bem como a disponibilizar servidores municipais para a participação nas referidas capacitações/treinamentos;

IV - Para utilização de recursos destinados a ações que envolvam comunidades tradicionais: apresentação de documento que contenha a identificação da comunidade tradicional envolvida e o consentimento prévio da referida comunidade, ou de sua respectiva entidade representativa.

V - Para utilização de cada parcela dos recursos:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do BENEFICIÁRIO ou que possa comprometer a execução das ações ora financiadas, de forma a alterá-las ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) encaminhamento de solicitação de liberação indicando o valor e a destinação dos recursos;
- c) comprovação da aplicação, no projeto previsto na Cláusula Primeira, dos recursos anteriormente utilizados;
- d) comprovação de regularidade do projeto perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do BENEFICIÁRIO sobre a continuidade da validade de tal documento;
- e) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias – CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, a serem extraídas pela BENEFICIÁRIA no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo;
- f) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da INTERNET, a ser verificada pelo BNDES, nos endereços www.previdenciasocial.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br (art. 7º da Lei nº 9.717, de 27.11.98 e Decreto nº 3.788, de 11.04.2001);
- g) atestar a inexistência de recursos disponíveis, próprios ou oriundos de outras fontes de financiamento, para apoiar as ações previstas no respectivo componente do projeto, demonstrando a adicionalidade de recursos do Fundo Amazônia, em especial em relação aos recursos orçamentários do BENEFICIÁRIO e da União para regularização ambiental e os recursos do Fundo de Compensação Ambiental do Estado de Rondônia, bem como apresentar qualquer documento ou informações adicionais que o BNDES venha solicitar para tal comprovação.

QUINTA
AUTORIZAÇÃO

Por este instrumento e na melhor forma de direito, o BENEFICIÁRIO autoriza o BNDES a solicitar, diretamente da Instituição Financeira depositária dos recursos provenientes da presente operação, os extratos da conta a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda.

SEXTA
NOTIFICAÇÃO

O BNDES, na hipótese de detectar a ocorrência de evento que possa caracterizar o descumprimento de obrigação estabelecida neste Contrato, em relação a qual não haja termo fixado para o seu cumprimento, notificará por escrito o BENEFICIÁRIO, conferindo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento da notificação, para apresentar comprovação de correção e/ou justificativa acerca do referido evento.

PARÁGRAFO ÚNICO

Poderá o BNDES, a seu critério, sem prejuízo de outras providências previstas neste Contrato e nas "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES":

- I - aceitar a comprovação de correção e/ou justificativa apresentada, devendo dar ciência por escrito ao BENEFICIÁRIO;
- II - exigir a devolução dos recursos, notificando o BENEFICIÁRIO para tanto, nos termos do inciso XXVII da Cláusula Terceira; ou
- III - declarar o vencimento antecipado do contrato, nos termos da Cláusula Oitava, e, ainda, se houver sido comprometida a finalidade prevista na Cláusula Primeira, aplicar o disposto no Parágrafo Único da Cláusula Oitava.

SÉTIMA
SUSPENSÃO DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

hipóteses:

O BNDES poderá suspender a liberação dos recursos nas seguintes

- I - não ficarem devidamente comprovadas, na forma estabelecida na Cláusula Quarta, inciso V, alínea "c", as despesas feitas com os recursos de cada parcela recebida;
- II - o BENEFICIÁRIO dificultar, de qualquer forma, a fiscalização exercida pelo BNDES sobre a aplicação dos recursos ou houver pendente esclarecimento sobre fato relacionado ao BENEFICIÁRIO que possa comprometer a imagem do BNDES e/ou do Fundo Amazônia;
- III - for modificado, sem prévia aprovação do BNDES, o projeto mencionado na Cláusula Primeira, bem como o respectivo orçamento;
- IV - for verificada, a qualquer tempo, a execução do projeto em desacordo com a finalidade prevista na Cláusula Primeira;
- V - for descumprida qualquer obrigação prevista neste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Verificada qualquer das infrações previstas neste Contrato, após a liberação de todas as parcelas da colaboração financeira, o BNDES não considerará outros pedidos do BENEFICIÁRIO, assim como de entidades a ele vinculadas, e suspenderá a liberação de recursos para outros projetos e programas que, porventura, haja contratado com as referidas entidades, sem prejuízo de outras ações e medidas cabíveis.

OITAVA

VENCIMENTO ANTECIPADO

O BNDES poderá declarar este Contrato vencido antecipadamente, com a imediata sustação de qualquer desembolso, se for comprovado o descumprimento das obrigações nele estabelecidas, observado o disposto na Cláusula Sexta, ficando o BENEFICIÁRIO sujeito a devolver ao BNDES, a partir da comunicação do BNDES, por escrito, os valores utilizados, atualizados pelo critério estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 10% (dez por cento) incidente sobre os valores utilizados, devidamente atualizados, inclusive em caso de cobrança judicial, quando o BENEFICIÁRIO se responsabilizará, também, pelas despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

PARÁGRAFO ÚNICO

Este Contrato vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira. O BNDES comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

NONA**FORO**

Ficam eleitos como foros para dirimir litígios oriundos deste Contrato, que não puderem ser solucionados extrajudicialmente, os do Rio de Janeiro e da sede do BNDES.

O BENEFICIÁRIO apresentou a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN nº 000752013-26001585, expedida em 15 de outubro de 2013, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com validade até 13 de abril de 2014.

O BNDES é representado neste ato por seu Vice-Presidente, nos termos da procuração lavrada no Livro 925, folha nº 120, ato nº 108, do 22º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com seu Diretor abaixo assinados e identificados.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Gabriel Rebello Esteves Areal, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Página de Assinaturas do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 14.20019.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de Rondônia.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014.

Pelo BNDES:

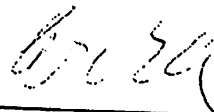


Wagner Bitencourt
Vice-Presidente


Guilherme N. Lacerda
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Pelo BENEFICIÁRIO:



ESTADO DE RONDÔNIA

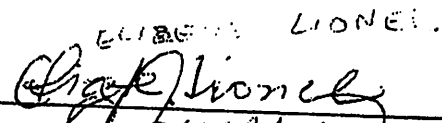
TESTEMUNHAS:



Nome:

Identidade: 295.033/561-20

CPF: 079.320.562-20



Nome:

Identidade: 1.645.831.584/90

CPF: 306.233.401-00